

nos aplicamos por ela própria e no único intuito de saber, não é mais filosófica do que aquela que estudamos pelos seus resultados?...» Esse aspecto anti-utilitário da filosofia helénica foi o que lhe deu a possibilidade de se erguer, pela primeira vez, acima do empirismo oriental, e constituir, pela viragem do homem para si próprio e para a sua razão, os instrumentos intelectuais capazes de servir de base a um saber efectivo. Isso tem sido posto em evidência pelos historiadores e críticos idealistas, com uma paixão e um entusiasmo comprometedores. O que Magalhães Godinho agora foca é que foi esse aspecto do pensamento grego o que o fez atolar-se no absurdo duma ciência que se queria constituir sem ser do real, o que o impediu afinal de ir mais longe, o que derivou da divisão da sociedade em duas classes, uma das quais se desligava de todos os afazeres do trabalho produtivo e pensava que elle não era uma tarefa própria para homens livres. Foi este, na verdade, o drama do pensamento grego, obrigado a limitar a sua fecundidade pelo que tinha sido, exactamente, a razão dessa fecundidade.

Lamentamos todavia que, após uma tão criteriosa análise do caso grego e antes duma síntese também brilhante da modernidade (feita contudo já ao correr da pena), o autor tenha passado em claro a realidade medieval. Bem sabemos que a «Idade Média veio acentuar os equívocos básicos em que se perdera a filosofia antiga» e que uma crítica da escolástica não viria alterar a posição do problema nem trazer novos materiais para a sua solução». Contudo esta primeira parte do capítulo não é indispensável na tese de Magalhães Godinho; nem ela contribui para o colocar da questão no terreno especulativo, nem é sobre materiais que dela saíam que o autor inicia a discussão do problema. Ora, como acentua Brehier, «A união da teologia e metafísica, que caracteriza a Idade-Média, ... é precisamente o que faz a sua supe-

rioridade sobre a antiguidade e o que prepara a idade moderna». (Histoire de la Philosophie. pp. 24). O próprio carácter teológico da filosofia medieval constituiu uma nova modalidade da evolução do problema, uma nova experiência da razão. Pelo menos, as especulações dos teólogos são necessárias para que o nosso espírito, habituado ao clima mental de hoje, compreenda bem um Bacon e um Descartes, um Locke e um Leibnitz. E' certo que os problemas práticos que se reflectiam nas disputas teológicas diziam respeito mais à vida social dos homens do que à ciência do real físico; mas, por tão pouco, valia a pena deixar uma lacuna na evocação histórica do problema que era o conteúdo do primeiro capítulo da tese?

Se *Razão e História* pretende ser uma «Introdução a um Problema», este primeiro capítulo é, por sua vez, uma introdução aos restantes capítulos da obra. E' propriamente com o início do segundo capítulo que deixamos a explicação do assunto pela sua discussão. E não há dúvidas que Magalhães Godinho coloca o problema do formalismo lógico duma maneira ampla, como senhor do assunto. E' perfeitamente notável a sua análise da técnica operatória das matemáticas, que tem a vantagem de se ligar às mais discutidas questões da filosofia científica moderna. Aí sobressai ainda a crítica da doutrina lógica dos pensadores do chamado círculo de Viena. No fundo, o autor antepõe aos que vêm na matemática um processo tautológico de raciocínio, o carácter concreto da operação. Além disso, se as proposições matemáticas são puras tautologias, «se o raciocínio não alarga o nosso conhecimento», qual é o papel do pensamento? E o autor conclui acertadamente: «o empirismo enveredou por uma teoria lógica que não sabe como inserir na experiência».

Se o segundo capítulo faz a crítica da distinção entre ciências formais e ciências empíricas, da distinção entre a forma do